

MONOGAMIA E MORAL DO CASAL: AUSTERIDADE SEXUAL NO PERÍODO GRECO-ROMANO. UMA REFLEXÃO A PARTIR DE MICHEL FOUCAULT

Tulipa Martins Meireles¹

Resumo: Investigaremos alguns elementos revisitados por Foucault, como a casa, a família, o casamento, o papel da mulher na sociedade greco-romana; como esses elementos constituíram o objeto de práticas e técnicas de si que imprimia um estilo nobre ao caráter dos homens livres. E como essas técnicas de si foram interiorizadas pelo discurso dos filósofos estoicos, conferindo legitimidade e obrigação ao casamento monogâmico, por se tratar de um “dever a ser cumprido”. De forma mais específica, mostrar sob o ponto de vista do casamento e da relação monogâmica, como a sexualidade foi problematizada na Antiguidade enquanto uma prática moral. Palavras-chave: Foucault; sexualidade; práticas de si; sujeito.

Introdução

A obra *História da sexualidade* de Michel Foucault é composta por três títulos: *A vontade de saber* (1976), *O uso dos prazeres* (1984) e *O cuidado de si* (1984). Apesar disso, sabemos que esse projeto sofreu modificações e na sua proposta inicial, a *História da sexualidade* seria composta por seis volumes². Desde o primeiro volume da série, *A vontade de saber*, o problema de Foucault era como a verdade foi colocada em relação ao prazer sexual no ocidente³. O segundo volume da série seria *As confissões da carne*, na qual Foucault estudaria, a respeito da carne cristã, o que caracterizaria os processos de extorsão da verdade entre

¹Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: tulipameireles@hotmail.com.

²FOUCAULT, M. *Sobre a história da sexualidade*. In: Roberto Machado (Org.). *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2013. p.383.

³FOUCAULT, M. *Sobre a história da sexualidade*. In: Roberto Machado (Org.). *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2013. p.383.

os séculos X e XVIII. Como se sabe, esse livro não foi publicado apesar de encontrarmos o manuscrito e o estudo de Foucault sobre as tecnologias de si da pastoral cristã no curso de 1980, *Do Governo dos vivos*⁴. O problema geral da *História da sexualidade* era: afinal, por que fizemos da sexualidade uma experiência moral? Todavia, com o primeiro volume da série esse problema persistiu, uma vez que a sexualidade não era ainda concebida como experiência, mas como um dispositivo⁵ marcante da relação saber-poder no campo da modernidade. O curso *Do Governo dos vivos*, possibilita a Foucault reorganizar o segundo volume da série, e este é cindido em dois: *O uso dos prazeres* e *O cuidado de si*⁶. Essa reorganização permite a Foucault rever seu próprio projeto, e nessa empreitada surge um elemento que havia sido esquecido com o primeiro volume da série: o sujeito que reconhece a si mesmo e encontra a verdade sobre o seu ser no desejo e no prazer⁷. Assim, para compreender como o indivíduo moderno podia fazer a experiência de si próprio como sujeito de sexualidade era necessário distinguir como o homem ocidental teria sido levado a reconhecer a si mesmo como sujeito de desejo, durante séculos; e então Foucault retorna a moral da Antiguidade greco-romana.

⁴ No curso de 1980, sobre as tecnologias de si da pastoral cristã, o problema estava em torno das relações entre o governo dos homens e a manifestação da verdade sob a forma da subjetividade.

⁵ Na entrevista de 1977 *Sobre a História da sexualidade*, Foucault compreende o sentido e a função do dispositivo de sexualidade, primeiramente como “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais filantrópicas. E suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos” (FOUCAULT, 2013, p. 364).

⁶ Esta afirmação consta na apresentação feita por Nildo Avelino à tradução de algumas aulas do curso *Do Governo dos vivos*, na qual o professor traz uma interessante contribuição de Deleuze, que afirma: “é que o tema da estética da existência, delineado pelos dois últimos volumes, possibilitou a Foucault conceber um poder da verdade desvinculado da verdade do poder, ou seja, uma verdade decorrente das formas de resistência” (AVELINO, Nildo. *Foucault e a anarqueologia dos saberes*. In: Foucault, Michel. Org. Nildo Avelino. *Do governo dos vivos*. São Paulo: Centro de cultura social; Rio de Janeiro: Achiamé, 2011, p. 31).

⁷ Na introdução da *História da sexualidade* Foucault explicita que o problema fundamental é analisar o modo como os indivíduos se constituem como sujeito de desejo e de prazer.

Na Antiguidade greco-romana, o autor buscou identificar uma sexualidade não disciplinada pelas ciências humanas e um desejo ainda não confessado ou interpretado pelo cristianismo. Nesse contexto a questão geral de seu empreendimento na *História da sexualidade* se fortalece: “por que o comportamento sexual, por que as atividades e os prazeres que dele decorrem são objeto de uma preocupação moral?” (FOUCAULT, 2012, p. 192). Por que a preocupação ética com a sexualidade pareceu, em algumas sociedades, mais importante do que outros domínios essenciais para a vida humana, como o cumprimento dos deveres cívicos ou as condutas alimentares? No período que Foucault propôs-se a analisar essa questão se intensifica, pois a conduta sexual não estava diretamente relacionada ao sistema de interdições, ainda assim havia uma problematização moral em torno da conduta sexual, ali onde não havia proibição ou obrigação. O olhar do autor de *O uso dos prazeres* volta-se justamente para o lugar em que essa problematização adquiriu a forma da austeridade em uma moral que estava ligada a um conjunto de práticas e técnicas de si, que Foucault chamou em sua introdução de “artes da existência”⁸. O segundo volume da obra é consagrado, como afirma Foucault, à maneira como a atividade sexual foi problematizada pelos filósofos e médicos da Grécia Clássica, no século IV a.C. *O cuidado de si*, por sua vez, dedicado a problematização no período greco-romano, nos séculos I e II d.C. Há ainda o curso de 1981, *Subjectivité et vérité* (curso ainda não traduzido

⁸ Ainda na introdução de *O uso dos prazeres* Foucault explica o que compreende por artes da existência: “práticas racionais e voluntárias pelas quais os homens não apenas determinam para si mesmos regras de conduta, como também buscam transformar-se, modificar-se em seu ser singular, e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e que corresponda a certos critérios de estilos” (FOUCAULT, 2012, p. 193). Mais adiante, no mesmo texto, ele afirma: “pareceu-me que o estudo da problematização do comportamento sexual na Antiguidade podia ser considerado como um capítulo dessa história geral das ‘técnicas de si’” (FOUCAULT, 2012, p. 194). Tal colocação apresenta importância por exaltar esse novo empreendimento do pensamento do autor, esse novo deslocamento que não encerra-se em uma história da sexualidade, ou dos *aphrodisia*, mas que encontra na *askésis* da Antiguidade outra relação entre sujeito e verdade.

para o português), dedicado ao domínio da conduta sexual entendido como experiência, em que os dispositivos do saber-poder dão lugar as técnicas de si⁹.

Em 1984 Foucault afirma em entrevista¹⁰ que as técnicas ou práticas de si no período greco-romano tiveram maior importância e autonomia do que tiveram quando foram, de certa maneira, investidas pelas instituições religiosas, pedagógicas, médicas, etc. Na Antiguidade, essas práticas ou técnicas de si formavam o conjunto de uma prática ascética, e aqui esse “ascetismo” é considerado pelo autor de uma maneira geral e em sentido contrário àquele de uma moral da renúncia, como na pastoral cristã. Foucault justamente atribui a denominação de “ascética” à *askesis* do período helenístico e romano para diferenciar da ascese cristã. Para Foucault, na Antiguidade não se trata de renunciar a si mesmo, mas de constituir-se enquanto um sujeito ético¹¹.

Todavia, o texto que se segue não pretende dar conta da complexidade de relações possíveis entre os conceitos, da forma como eram concebidos no período helenístico e romano e como foram interiorizados pela pastoral cristã. Buscamos apenas apresentar alguns lugares revisitados por Foucault, como a casa, a família, o casamento, o papel da mulher na sociedade

⁹ Esse curso ainda não foi traduzido para o português, todavia, no Brasil há pesquisas que enfatizam a problemática posta nessas aulas de 1981. Dentre elas, *A emergência do homem de desejo: sobre o curso Subjectivité et vérité, de Michel Foucault*; escrito por Cesar Candioto e publicado na Veritas, Revista de Filosofia da PUCRS. Esse trabalho recente do professor Candioto, contribui consideravelmente para o texto que se segue.

¹⁰ Foucault, Michel. *A ética do cuidado de si como prática da liberdade*. In: Foucault, Michel. Manoel Barros da Motta (Org). *Ditos e escritos, volume V: ética. sexualidade. política* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012, p. 259.

¹¹ Com o retorno a moral da Antiguidade, Foucault lança novo direcionamento ao seu trabalho, que se volta para pensar o sujeito que constitui a si mesmo como sujeito de uma conduta moral. Esse retorno, portanto, é passível de estranhamento, uma vez que nas obras que precederam os últimos volumes da *História da sexualidade*, a intenção do autor sempre pareceu a de destruir a soberania do sujeito. Foucault retorna a Antiguidade, ali onde não havia uma formulação de sujeito, justamente para pensar como ele se constituiu. Como afirma Foucault “nenhum pensador grego jamais encontrou uma definição de sujeito, jamais a buscou, eu diria simplesmente que ali não há sujeito. Isso não significa que os gregos não se esforçaram para definir as condições nas quais ocorreria uma experiência que não é a do sujeito, mas a do indivíduo, uma vez que ele busca se constituir como senhor de si mesmo” (FOUCAULT, 2012, p. 256). Segundo Foucault a filosofia grega se transformou pouco a pouco em uma moral na qual nos reconhecemos hoje, esse fator apresenta relevância para pensar esse retorno de Foucault na Antiguidade greco-romana.

greco-romana; como esses elementos constituíram o objeto de práticas e técnicas de si que imprimia um estilo nobre ao caráter dos homens livres. E como essas técnicas de si foram interiorizadas pelo discurso dos filósofos estoicos, conferindo legitimidade e obrigação ao casamento monogâmico, por se tratar de um “dever a ser cumprido”. De forma mais específica, mostrar sob o ponto de vista do casamento e da relação monogâmica, como a sexualidade foi problematizada na Antiguidade enquanto uma prática moral. Foucault afirma que só lhe seria possível fazer uma história da sexualidade de modo conveniente “retomando o que teria se passado na Antiguidade para verificar como a sexualidade foi manipulada, vivida e modificada por um certo número de atores” (FOUCAULT, 2012, p. 255). A problematização da sexualidade na Antiguidade compreendeu o projeto de uma estilização do modo de vida dos antigos, ou seja, fazia parte da preocupação de uma vida como ética e estética, regida pelo cuidado de si. O casamento monogâmico e o que Paul Veyne chamou de surgimento do “casal” parece ter contribuído consideravelmente para a intensificação da austeridade em torno do prazer e do desejo sexual, elementos que foram, na moral estoica, objetos de atenção e vigilância.

Produção dos *aphrodisia* em direção ao matrimônio

Na Antiguidade greco-romana, Foucault observa que há todo um conjunto de práticas e técnicas de si em torno da experiência da sexualidade que permite pensa-la desvinculada de um sistema assentado na obediência ou na normalização disciplinar. A ética da Antiguidade permite a constituição do sujeito a partir de práticas e técnicas exercidas sobre si mesmo, como uma experiência de si. Todavia, nem gregos, nem romanos conheciam a sexualidade (que teve seu surgimento na modernidade), nem mesmo a carne (que surgiu posteriormente com a pastoral cristã), mas um conjunto de atos que chamavam “*aphrodisia*”. A partir da Grécia Clássica, essa noção compreendia

atos, gestos, contatos que proporcionavam certa forma de prazer¹². Os *aphrodisia* foram alvo de reflexão e problematização moral na Antiguidade, todavia, devemos situar essa série de atos no que corresponde a moral desse período.

A palavra “moral” suscita uma ambiguidade para Foucault. Segundo ele, podemos compreendê-la como um sistema prescritivo e chamar de “códigos morais”, assim podemos nos referir a escola, a família, a igreja. Mas também por “moral” compreende-se o comportamento real dos indivíduos em relação a esse conjunto de regras propostos. A maneira pela qual os indivíduos aceitam, submetem-se, obedecem ou ao contrário, resistem ou negligenciam esse princípio de conduta. A esse fenômeno Foucault denomina de “moralidade dos comportamentos”. Portanto, regra de conduta e conduta que se pode medir a essa regra. Mas há ainda outra coisa, que é “a maneira pela qual é necessário ‘conduzir-se’” (FOUCAULT, 2010, p. 34), a maneira que se deve constituir a si mesmo como sujeito moral, agindo em função desses elementos prescritivos que constituem o código. Foucault compreende a moral da Antiguidade não como aquela que se refere a um conjunto de códigos, mas aquela em que os indivíduos são chamados a constituir a si mesmo como sujeito de conduta moral, esse modelo propõem exaltar o desenvolvimento da relação consigo mesmo, a reflexão sobre si, o exame e as transformações que se busca fazer sobre si mesmo. Esse modelo diz respeito, portanto, as formas de subjetivação e as práticas de si.

Foucault supõem que, se toda moral em geral possui tanto o aspecto de um código de comportamento como de formas de subjetivação, e apesar de não serem dissociáveis, por possuírem certa autonomia, poderia se dizer que em algumas sociedade a importância maior esteve ao lado dos códigos. Nessas condições, Foucault afirma que a subjetivação se efetua de forma jurídica, se

¹² FOUCAULT, Michel. História da sexualidade volume dois. O uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010. p. 53.

submete as leis para não incorrer em faltas que o levarão ao castigo. Por outro lado, há morais em que o elemento forte está ao lado não dos códigos, mas das práticas de si e das formas de subjetivação, e essas são morais orientadas para a ética. Nesse sentido, segundo Foucault, as reflexões morais da Antiguidade greco-romana foram orientadas muito mais pelas práticas de si do que por um sistema de codificação de condutas.

É, portanto, nesse cenário que se inserem a problematização moral dos *aprobodisia*, “é a ênfase colocada na relação consigo que permite não se deixar levar pelos apetites e pelos prazeres” (FOUCAULT, 2010, p. 40). Os *aprobodisia* se referem tanto mais a elaboração das condições de uso dos prazeres e menos o estabelecimento de um código, quanto a maneira pela qual o indivíduo dirige sua atividade sexual, o regime que ele mesmo se permite ou se impõe, a importância que ele atribui a essa atividade. Não há zona de silêncio, como ressalta Foucault, não se evita falar sobre os prazeres, mas quando se reflete sobre eles o que imprime problema não é a forma que eles adquirem, mas a atividade que manifestam, é a dinâmica entre o ato, o desejo e o prazer, “quis a natureza que a realização do ato seja associada a um prazer; e é esse prazer que suscita a *epitubumia*, o desejo” (FOUCAULT, 2010, p. 56). O que é objeto de reflexão para os gregos não é o ato, mas esse conjunto, essa dinâmica circular “o desejo que leva ao ato, o ato que é ligado ao prazer e o prazer que suscita o desejo”. A problematização está ao lado da reflexão sobre a força que se é levado pelos prazeres e pelos desejos. A definição do que é ou não por natureza está sustentado por Foucault a partir do discurso dos filósofos ilustres, Platão e Aristóteles.

Com esses filósofos encontramos a demarcação ética do uso dos *aprobodisia* justificados enquanto fator natural. A atividade sexual está ancorada profundamente na natureza e de maneira natural não pode ser considerada má. A linha de demarcação ética passa entre os atores ativos e passivos, nos diz

Aristóteles: “A fêmea enquanto fêmea é de fato um elemento passivo, e o macho enquanto macho, um elemento ativo” (FOUCAULT, 2010, p. 60). Um adendo de Foucault: essa, “é uma moral de homens, feita pelos e para os homens” (FOUCAULT, 2010, p. 60). Nessa moral, portanto, feita por homens, os prazeres são problematizados moralmente não por ser considerado um mal; nem o ato nem o prazer são considerados maus, o contrário, a atividade sexual é natural e indispensável, é por meio dela que os seres vivos podem se reproduzir e perpetuar a espécie. Para Platão, os desejos que nos levam aos *aphrodisia*, estão entre os mais naturais e necessários e segundo Aristóteles os prazeres que eles nos causam, interessam ao corpo e a vida do corpo em geral.

Mas ainda que natural e necessária não é menos objeto de um cuidado moral. Pede delimitação: até que ponto e em que medida é conveniente praticá-la? O prazer ao qual a experiência dos *aphrodisia* estaria associada marca um caráter inferior – visto que o prazer sexual não é nenhuma especificidade do homem, já que é comum de todos os animais, e também o prazer é inteiramente dependente do corpo. Mas, apesar de ser inferior é o mais vívido, como afirma Platão. O prazer é naturalmente inferior, mas a vivacidade que também lhe é própria leva a atividade sexual a transbordar, na sua atração com o desejo. Por essa razão a atividade sexual deve ser discriminada moralmente. Diz Platão que a ela é preciso impor os três mais fortes freios: o temor, a lei e o discurso verdadeiro. E Aristóteles dirá que a faculdade de desejar deve obedecer a razão como a criança aos mandamentos do mestre. A questão não é portanto, que a atividade sexual seja um mal, mas que por si mesma possui uma força que é levada ao excesso.

Assim, no pensamento grego clássico o prazer consistiu em uma força natural e excessiva, em que a questão moral estava em enfrentar essa força, dominá-la e garantir sua economia conveniente. A questão estaria no

“bom uso” desses prazeres. Diz, Aristóteles: “todo mundo, em certa medida, usufrui do prazer da mesa, do vinho e do amor, mas nem todos o fazem como convém” (FOUCAULT, 2010, p. 66).

A análise feita por Foucault sobre *A chave dos sonhos* de Artemidoro, traz uma contribuição importante para a compreensão da valorização ética dos aphrodisia, segundo Candiotto (2015) a apreciação ética dos *aphrodisia* teve duas consequências: i) divisão dos atos sexuais como desejáveis ou indesejáveis a partir da diferença entre isomorfia e heteromorfia sociossexual; e ii) fenômeno do casamento compreendido como a forma mais perfeita de isomorfismo. Ainda que para os gregos essa não seja a única forma de valorização dos atos sexuais, como no período greco-romano, quanto mais próximas estiverem do isomorfismo, mais serão desejáveis. Um ato isomorfo na sociedade ateniense é, por exemplo, relacionar-se com a esposa para a procriação, a busca pelo prazer na relação com uma escrava ou um rapaz. São todos atos da mesma natureza e correspondem ao mesmo papel social. Heteromorfa, seria apenas a relação de adultério com uma mulher casada¹³.

No período greco-romano, a apreciação ética sofre algumas modificações no centro da problematização dos aphrodisia, como afirma Candiotto (2015), esse deslocamento apresenta dois níveis de análise: i) histórico, a partir do século I a.C a preocupação em torno da moral sexual é centrada no matrimônio; ii) filosófico, a partir do discurso dos moralistas e filósofos estoicos dos séculos I e II d.C as técnicas e os conselhos são dirigidos ao matrimônio, mas justificados a partir de uma razão universal e ideal.

A partir de Candiotto (2015), o curso de 1981, *Subjectivité et vérité*, apresenta uma análise do que consistiu esse deslocamento da descontinuidade

¹³ Na análise sobre os sonhos, o sujeito considerado por Artemidoro é sempre o homem, cidadão livre, pai de família que desempenha um papel social e político na sociedade.

do matrimônio em sua forma grega à constituição greco-romana. Segundo Paul Veyne e Claude Vatin, a partir do helenismo houve uma série de deslocamentos importantes a respeito da importância das instituições, como o casamento, com relação à Grécia clássica. Não pretendemos dar conta da amplitude dessas variações, nos limitaremos ao período greco-romano, e a forma como a apreciação ética dos atos isomorfos restringiram-se ao relacionamento monogâmico e a instituição do casamento com o surgimento “casal”.

Período greco-romano

No período greco-romano houve uma série de conselhos e técnicas de conduta referentes ao matrimônio, que foram transformadas em obrigação e justificadas em termos de uma verdade concernente à natureza humana. No helenismo, a constituição de um novo poder político monárquico e autocrático, promove uma revalorização da vida conjugal. Esta passa a ser a única forma social estável possível de ser mantida, sem o suporte das cidades-estado. Dessa forma, o casamento, que na Grécia clássica e na Roma republicana era um ato privado (resultante do contrato entre chefes de família), a partir do século I a.C e durante todo os séculos I e II d.C, torna-se uma instituição pública. O período helenístico e romano diminui a importância do casamento no interior das estratégias intra e interfamiliares para o fortalecimento das cidades e sua garantia passa a ser buscada na caução de uma instituição pública (CANDIOTTO, 2015, p. 355). Foi nesse período que surgiu o que Paul Veyne denominou de invenção do “casal”.

A história mostra que a centralidade do matrimônio e sua conjugalidade não surgiu entre os meios aristocráticos ou a partir de um pensamento moral de ordem filosófica. Tudo o que os filósofos teriam escrito à propósito, seria somente um reflexo, mera ‘repetição’ daquilo que na vida das pessoas

comuns teria acontecido em razão da crise das instituições da idade de ouro da Grécia. (CANDIOTTO, 2015, p. 356)

Pelo menos essa é a visão de Claude Vatin, que segundo nos mostra Candiotto, Foucault teria apontado como insuficiente; e em torno dela desenvolveria sua tese, menos evidente. Sobre o curso *Subjectivité et vérité*, Foucault teria analisado sobretudo os textos de filósofos como Plutarco, Sêneca, Musônio Rufo e constatado que nos textos desses autores o casamento não aparece como efeito de uma prática social real entre as pessoas, mas como um ideal. Uma obrigação, um dever, um vínculo de idealidade que liga cada indivíduo ao conjunto do gênero humano. Dessa forma, o casamento é necessário e obrigatório dentro dessa prática ideal que é o gênero humano. “Ao transformar uma prática real em uma obrigação ideal, a vivacidade e o decisivo do real deixam de ser importantes” (CANDIOTTO, 2015, p. 357). Para Foucault, não constaria no discurso dos filósofos o reflexo da realidade, da mesma forma que não contem no real o si mesmo dos discursos. Teria sido portanto por não se referir diretamente a realidade conjugal do período em questão, que os filósofos estoicos, do séculos I e II d.C., tornariam o casamento um valor em si mesmo e um valor absoluto fundamentado no estado perfeito e racional do mundo (ao contrário de filósofos epicuristas e cínicos que, de maneira geral, atribuíam um juízo negativo ao casamento).

Segundo Candiotto (2015) o que importa para Foucault nesse deslocamento histórico de problematização dos *aphrodisia* em direção ao matrimônio, é a produção de um excesso de discurso sobre esses deslocamentos, que a rigor, não reflete sua realidade. É nesse sentido que as regras de conduta são orientadas para a restrição dos atos e prazeres sexuais pra o fim procriativo e a sua legitimidade somente no interior do casamento. No âmbito do casamento os papéis tradicionais do homem e da mulher foram acrescidos de uma ética da mútua afeição e amizade a fim de propiciar a

durabilidade e fortalecer a estabilidade conjugal. Com isso a constituição de um novo regime dos *aphrodisia*, marcado pela valorização da fidelidade na durabilidade da relação.

Monogamia e casal

Em *O cuidado de si* Foucault afirma:

A nova importância do casamento e do casal, uma certa redistribuição dos papéis políticos não teriam provocado, nessa moral que era essencialmente uma moral de homens uma nova problematização da relação consigo? Eles poderiam muito bem não ter suscitado um retraimento para si, mas uma nova maneira de refletir-se na própria relação com a mulher, com os outros, com os acontecimentos e com as atividades cívicas e políticas, e uma outra forma de se considerar sujeito dos próprios prazeres (FOUCAULT, 2011, p. 77).

No século I a.C, os homens casavam para cumprir com todos os seus deveres cívicos, pois casar era um dos deveres do cidadão. Mas um século mais tarde, com a moral do casal, aquele que pretende ser um homem de bem deve fazer uso da atividade sexual apenas para ter filhos, inclusive recomendase ser um bom marido e respeitar a mulher. Paul Veyne explica que essa segunda forma de conceber o casamento;

quer descobrir um embasamento das instituições; como o casamento existe e sua duração ultrapassa em muito o dever de gerar filhos, deve ter outra razão de ser, fazendo com que dois seres racionais, o esposo e a esposa, vivam juntos durante toda a sua existência, ele é, portanto, uma amizade, uma afeição duradoura entre duas pessoas de bem, que só não de fazer amor para perpetuar a espécie. Em suma, a nova moral queria dar prescrições justificadas a pessoas racionais; sendo incapaz de ousar criticar as instituições, cabia-lhe descobrir um fundamento não menos racional no casamento. Essa mistura de boa vontade e conformismo gerou o mito do casal (VEYNE, p. 45).

As modificações em relação a compreensão do casamento no período greco-romano, reconfigura também o papel da mulher na sociedade:

Na moral cívica, a esposa era apenas um instrumento da função de cidadão e chefe de família; fazia filhos e aumentava o patrimônio. Mas na segunda moral, a mulher é uma amiga; tornou-se "a companheira de toda uma vida". Só lhe resta continuar racional; quer dizer, conhecendo sua inferioridade natural, obedecer; o esposo a respeitará como um verdadeiro chefe respeita seus auxiliares devotados, que são seus amigos inferiores (VEYNE, 2009, p.46).

Parece que nesse período o *status* da mulher ganhou certa independência com relação à época clássica, como afirma Foucault “o casamento aparece cada vez mais como uma união livremente consentida entre dois parceiros cuja desigualdade se atenua até certo ponto sem, contudo, desaparecer” (FOUCAULT, 2011, p. 82). O casamento que era antes um ato informal que habitava o interior da família, tornou-se uma instituição pública no período greco-romano, mas ao mesmo tempo cada vez mais importante na vida privada. “O casamento seria cada vez mais geral enquanto prática, mais público enquanto instituição, mais privado enquanto modo de existência, mais forte para ligar os cônjuges e, portanto mais eficaz para isolar o casal no campo das outras relações sociais” (FOUCAULT, 2011, p. 84).

Referências bibliográficas

- AVELINO, Nildo. “Prefácio”. In: FOUCAULT, Michel. **Do governo dos Vivos**. São Paulo: Centro de Cultura Social; Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.
- CANDIOTTO, Cesar. “A emergência do homem de desejo: sobre o curso Subjectivité et vérité, de Michel Foucault”. **Veritas**, Porto Alegre, v. 60, n. 2, p. 344-365. maio-agosto. 2015.
- CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault: Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Trad. Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

- DREYFUS, H. & RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Roberto Machado (Org.). 26 ed. São Paulo: Graal, 2013.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade. V. 1: A vontade de saber**. Rio de Janeiro, graal, 1993.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade V.2. O uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010a.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade V. 3. O cuidado de si**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **Do Governo dos Vivos**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos. v. 5**. Trad. Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitátia, 2012.
- VEYNE. Paul. **História da vida privada: do império romano ao ano mil. O império Romano**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.